

A DIFERENÇA E A GEOGRAFIA

o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia

RUY MOREIRA
Universidade Federal Fluminense

*Porque esta impotência da imaginação e este bloqueamento?
Sem dúvida por uma razão simples e profunda.
Henri Lefebvre (A Re-Produção, 1973)*

*Perceptivas em grandes massas oceânicas e em furacões,
a água e o ar são quase invisíveis no cotidiano. Pouco ou
nada os percebemos, embora sejam vitais, constituidores.
Tom Zé (Imprensa Cantada, 1999)*

A identidade eliminou o espaço. A diferença o ressuscita. Fim e, então, renascimento do espaço? Creio poder dizer ser este o tema deste texto, que poderia ter por título o ardil da identidade e a dialética da identidade-diferença na geografia, pois disto se trata.

Os termos do problema

A sumarização do concreto como a unidade dos contrários traz uma complicação inesperada para o pensamento dialético neste final de século: a reação da diferença.

Substituída pelos contrários no interior da contradição e dissolvida como unidade na síntese que os supera, a diferença foi banida do mundo. O apelo dos manifestantes do “maio de 68” pela diferença (“viva a diferença”, dizia-se), expôs essa contradição de pensar os contrários sem percebê-los como diferenças, e declara finda a vigência do pensamento dialético (ou do que se entendia por tal).

Do “Manifesto diferencialista”, de Lefebvre (1970), e da “Gramatologia” (1967) e “A Escrita e a Diferença”, de Derrida (1967), à “Diferença e Repetição”, de Deleuze (1969), a diferença faz seu movimento de reentrada no mundo, num volver de contradança que aqui refaz, com Lefebvre, e ali suprime, com Derrida e Deleuze, deste mesmo mundo a presença da dialética.

As aventuras da diferença

A contradança entre a diferença e a dialética que assim se estabelece (seria esse volteio uma dança verdadeira?), se explica na dívida da filosofia, denunciada por Nietzsche, e que diferença e dialética compartilham em comum, com a tradição platônica. Nietzsche se refere à separação entre a aparência sensível e a essência inteligível de Platão, a partir da qual toda a filosofia se desenvolve.

Todavia, não é claro o que se entende por diferença. E não é o mesmo o entendimento. Pensam-na de modo distinto de Heidegger a Deleuze (LARUELLE, s/d; Vatimo, 1988), da filosofia às ciências humanas (DOSSE, 1993).

A reflexão sobre a diferença inicia-se com a “diferença ontológica”, de Heidegger (1988), entendida como a relação de distanciamento entre o ser e os entes. Uma relação de irreducibilidade do ser no ente, que se traduz como ausência-presença.

De Heidegger, a diferença desloca-se para os franceses, entre os quais muda de conceito e vai configurar-se como uma filosofia da diferença. O âmbito dessa conversão é na França o estruturalismo, com uma passagem por Freud. Entre seus fautores estão Derrida e Deleuze, que além da psicanálise vão adicionar à reflexão da diferença outros campos, a exemplo da linguística em Derrida.

Em Derrida, inspirado, como Deleuze, no eterno retorno de Nietzsche, diferença é a mesmidade que, em sendo relação entre ser e entes, é entretanto “desenvolvimento da diferença”, um diferindo, isto é, diferença que produz diferença, no que se distancia da irreducibilidade radical heideggeriana, na qual Derrida vê ainda uma concessão à metafísica.

Já em Deleuze a diferença é o não mimético. O não confundido com a semelhança. O não mediado pela representação (a analogia, a oposição, a repetição), que leva a diferença a desaparecer na identidade. Diferença é diferença da identidade e da semelhança, o algo posto de fora das articulações do sensível e do inteligível, o que relaciona-se ao movimento do devém-revém do mesmo de Nietzsche.

O tom da condenação e crítica dos pensadores da diferença relaciona-se, sobretudo, ao que na filosofia convencionou-se chamar o problema da *adaequatio*. Isto é, o problema da solução a dar-se à oposição sensível-inteligível, que desde Platão consome num impasse a energia dos sistemas filosóficos, aqui incluindo-se a dialética e toda a filosofia da representação.

Na adequação clássica, a diferença desaparece diante da unidade da identidade e a ontologia diante da gnoseologia, desaparecendo a um só tempo justamente os elementos que remetem à reflexão do ser.

A reação da diferença vem dessa equação da *adaequatio*. Uma reação congregada à da supressão da ontologia que transforma a filosofia numa teoria do conhecimento. Rejeição na verdade a um ato de efeito encadeado: a supressão da ontologia, conteúdo real da filosofia, leva a diferença a reduzir-se a uma diferença entre entes, sua dissolução como uma relação de distância ser-ente.

É o que ocorre quando o tema da diferença migra da filosofia para as ciências humanas, onde o seu entendimento se altera para tornar-se tema da alteridade, da multiculturalidade, do corpo, do gênero, da segmentação social, da etnia. Diferença virando a diferença entre os entes, sem nenhuma ou com longínqua ligação com a questão ontológica da relação do ente com o ser que acima se viu. Uma alteração imputada à questão da presença do sujeito nas ciências humanas.

Aqui, diferença é o que se contrapõe à razão como des-razão. A loucura (Foucault), a infância (Piaget), o pensamento selvagem (Lévi-Strauss), a descenração da consciência (Lacan), são, todas, categorias reais que a razão sobrepõe e dissolve em seu discurso imperial. Críticas que têm lugar no pós-guerra, relacionadas às mudanças então em curso em face da crise da hegemonia européia:

A crítica do etnocentrismo, do eurocentrismo, vai acentuar-se nos anos 50 e 60 com a voga estruturalista que retomará por sua conta o paradigma crítico nietzsche-heideggeriano. Por trás do desenrolar contínuo da razão triunfante, acompanha-se de perto a imagem do louco, do primitivo, da criança, como outras tantas figuras recalcadas para instituir o reinado da razão. Lévi-Strauss reabilita o pensamento selvagem, a infância, graças a Jean Piaget, não será mais considerada como o negativo da idade adulta mas apreendida como uma idade específica; Foucault reconhece a longa deriva da loucura antes do seu confinamento; quanto a Lacan, realiza uma verdadeira pulverização do sujeito, mostrando, ao contrário do cogito cartesiano, que “Eu penso onde sou, logo eu sou onde penso (DOSSE, 1993: 410).

As desventuras da dialética

A dialética tentará resolver este problema pela mediação da negatividade (a negação da negação), entendida como o processo da superação da contradição dos opostos; ultrapassagem (*aufhebung*), não supressão.

De Platão a Hegel (e a Marx), a forma e o movimento da dialética não são entendidos de um mesmo modo, entretanto (RÖD, 1974; BORNHEIM, 1977). Tal como acontece na relação entre os filósofos e a diferença. Mas nessa longa marcha o que enraiza-se como dialética no imaginário popular é o prevalecimento da unidade sobre a diversidade, apresentado como o escopo da dialética. O consequente

esquecimento da diferença. E, mais ainda, o esquecimento do retorno que, logo a seguir à síntese da unidade, se reabre, para que reapareça o diverso, garantindo a dialeticidade do fluxo infindo da dialética.

Nosso entendimento é que esse duplo esquecimento é o problema da diferença na dialética.

Um olhar, mesmo que rápido, sobre a história do pensamento dialético, visto do imaginário assim constituído, sugere a presença da exigência política nesse discurso finalista da unidade e esquecimento da diversidade.

Não chega a se estabelecer um sistema de dialética em Platão, que a retira, sabe-se, de Heráclito. Platão concebe a aparência sensível como uma cópia, uma relação mimética com a idéia, um simulacro, imagem ilusória, irreal e imperfeita da essência ideal. A aparência não sendo real, não há um movimento entre o sensível e o inteligível, que dê no conhecimento. O conhecimento é um movimento dado no interior do mundo do inteligível, numa ascendência rumo à inteligibilidade superior, o bem, sendo daí que, numa dialética descendente, Platão chega ao sensível e pode explicá-lo.

Kant põe a relação sensível-inteligível noutros termos. Compreendendo o mundo sensível como o aparecimento (conceito fundador do fenômeno em Kant), não como o dado aparente, e trocando a essência inteligível pelo entendimento, argumentando pela impossibilidade de conhecer-se a “coisa em si”, Kant não faz um par dialético. Antes, combinando sensibilidade e entendimento, mediados pela imaginação, no processo do conhecimento, sai de um sistema propriamente dialético de pensamento.

É com Hegel que a dialética aparece concebida cabalmente. Se em Kant a dialética é uma filosofia da experiência (não a dialética transcendental, que está mais próxima da filosofia da diferença de hoje), a dialética em Hegel é uma filosofia da experiência da consciência. É o movimento da consciência, expresso na relação sujeito-objeto, na busca pela superação das suas contradições com o mundo, que vai da certeza sensível (chamada por Hegel de consciência ingênua) ao conceito (a auto-consciência, sujeito-objeto idêntico).

Sob essa forma chega a Marx. E à famosa inversão materialista.

A diferença e a dialética

Assumimos que a eliminação da diferença na *adaequatio* é a ante-sala da eliminação da dialética.

Não é na direção da dialética que aponta a crítica da diferença em Heidegger e nos filósofos franceses, sabemos-lo, mas na da metafísica, na linha de continuidade da condenação de Nietzsche.

Todavia, provavelmente tenha aí alguma raiz a positivização que a dialética sofre pós-Marx, denunciada tanto nos anos 20 por Korsch, Bloch e Lukács, quanto pelos franckfurtianos nas décadas seguintes, que tentarão o resgate do percurso original da dialética.

Os exemplos são o “Marxismo e Filosofia” (1923), de Korsch, e a “A Dialética do Esclarecimento” (1944), de Adorno e Horkheimer, sem esquecermos de toda a obra de Walter Benjamin.

Seja como for, tem-se aqui que a afirmação de uma é a condição da revitalização da outra, como o demonstram críticas como as de Habermas (1990), Jameson (1994) e recentemente Malik (1999) à dessubstancialização da negatividade dialética, dita em nome da diferença, do pós-moderno.

A parcela da representação

É sobretudo à representação que se atribui esse retraimento à florescência da diferença (diríamos, da dialética). Em grande parte, porque a representação é uma *adaequatio* enfatizada na conversão recíproca da palavra e da imagem, movendo-se em linha direta como um discurso de significado-significante. Residindo aqui a possibilidade da redução da diferença à identidade.

O processo é conhecido. As informações sensórias que convergem para a mente, são por esta transformadas em uma imagem perceptiva. A seguir, numa sucessão de transfiguração sequencial de imagens (num movimento de imagens de imagens, a exemplo da “Marilyn Monroe”, de Andy Warhol, 1962), uma imagem metamorfoseia-se noutra, e noutra, e noutra a partir da re-apresentação (nome e estatuto real da apresentação) da primeira, num movimento de repetição infindo. Daí que a representação defina-se como uma combinação de ausência-presença. O que a aproxima do processo filosófico. E do mesmo modo de uma fonte de simulacros.

Apoiada na observação e na descrição, e portanto na conversão do visto no dito (o visto da observação no dito da descrição), da imagem na fala, no retorno da fala à imagem através da descrição (a descrição é uma imagem falada), tende a fala a dissolver-se na imagem, a representação sendo afetada como um discurso de significação (um movimento de imagem-fala/fala-imagem, enquanto relação de significado-significante).

O veículo da operação é o processo da classificação. Um processo do método, calcado na semelhança. Na classificação primeiro se compara, a seguir se ordena e por fim se separa e se agrupa os fenômenos por semelhanças. Nesse passo, diferença vira uma categoria do método, um elemento da comparação, a diferença separando e a semelhança juntando, até que, numa aparente dialeticidade que mal disfarça um jogo da lógica formal, os grupos de identidade se constituem e desaparece a diferença.

Suspensa e deixada entre parêntesis na representação, a diferença cai no esquecimento, desfigurando-se a/n dialética.

Foucault localiza no que vimos o que designa de representação clássica, a fase da representação que vai de Aristóteles a Kant, vindo no século XVIII, a partir de Kant, o nascimento de uma representação moderna na qual a significação se define de uma forma inteiramente distinta daquela relacionada com a tarefa e os limites da classificação, antes se pautando pela interioridade do sentido, a diferença e a identidade podendo colocar-se noutros termos.

Deleuze condena-a justamente por, ao burlar a ontologia (e, bem ainda, diríamos, a gnoseologia, ao fazer a *adaequatio* cair num discurso puro da imagem), assim suprimir a diferença (a diferença, porque a dialética, acrescente-se). Já Lefebvre argumenta sobre sua absoluta importância, antes que decreta seu fim como parece suceder com Deleuze, e repreende os marxistas por inobservá-la e mesmo confundi-la equivocadamente com a ideologia (LEFEBVRE, 1980).

A diferença geográfica

Não devemos estranhar a semelhança desses procedimentos com os da geografia. A observação e a descrição geográficas cumprem precisamente a tarefa descrita, a geografia agindo como uma forma tipicamente clássica (no sentido foucaultiano) de representação (MOREIRA, 1997; e GONÇALVES, 1999).

Ademais, acompanhando as ciências humanas, não é também de estranhar que o tema da diferença diste, na geografia mais ainda, do sentido ontológico dado pela filosofia ao termo, caminhando para ser um discurso da diferença entre os entes, sem o ser.

Todavia, seu papel de *adaequatio* a geografia o faz numa combinação do heterogêneo e do homogêneo, em que o heterogêneo é transfigurado na unidade do homogêneo. Do mesmo modo como na representação geral, a diferença dá lugar à identidade. E pela mesma mediação da semelhança.

A categoria da heterogeneidade não atua entretanto sozinha. Ao seu lado intervém a categoria da diferenciação.

A tomarmos Hartshorne por base, reportando a Hettner, diferença na geografia é diferenciação (HARTSHORNE, 1978). Formulação criada por Hettner por volta de 1905, a diferenciação de áreas, no sentido de regiões, é uma reafirmação da tradição que remonta à “geografia especial”, de Varenius, século XVI, e desemboca no século XVIII-XIX na teoria regional de Kant-Ritter e no século XIX-XX na geografia regional de La Blache, chegando assim a Hettner, e hoje à espacialidade diferencial de Lacoste (sendo, de resto, uma reiteração do senso comum, ao qual o geógrafo empresta uma fórmula teórica).

Diferenciação e heterogeneidade, tais são os termos da diferença na geografia. Diferenciação de áreas. Heterogeneidade dos elementos compósitos da constituição da área.

O papel de mediação da semelhança na geografia é feito pela similaridade, “uma simples generalização na qual as diferenças consideradas de menor relevância são postas de lado, e realçadas as que forem julgadas de maior importância” (1978:18). Uma categoria chave portanto do método da classificação geográfica (estaria totalmente errado David Grigg ao tomar a região em texto de 1973 como um puro esquema de classificação?).

Diferença e semelhança não são pois opostos entre si. E diferenças não são contrastes. Diferença é variação.

É a variação de uma mesma categoria de fenômeno na superfície terrestre (o clima, por exemplo) que conduz à diferenciação de áreas (variação do mesmo? diferenciação no sentido do que produz diferença?), enfatiza Hartshorne.

E é esse caráter de variação de um mesmo fenômeno, dando na diferenciação de áreas, o que distingue a geografia de “um catálogo organizado ou uma enciclopédia de fatos sobre diversos países”, errando pois quem acha que a geografia se limita a “distinguir área”, a “estabelecer diferenças entre uma e outra área” ou a fazer a “mera descrição de uma área”, uma vez que diferenciação é variação, e essa variação pela superfície terrestre é por excelência o tema geográfico.

A interação espacial (as conexões ou relações causais determinadas pelo movimento territorial de fenômenos, como a água, o ar, os fragmentos de resíduos sólidos, e os animais entre as áreas) se junta à variação.

Na verdade, a interação é ela mesma no fundo um modo de manifestação da variação, um seu outro no plano de qualidade. Modo de manifestação que remete ao duplo da diferença geográfica (a diferenciação e a heterogeneidade): “As conexões ou relações causais entre os fenômenos da geografia, conforme observou Hettner em 1905, são de duas espécies: as relações mútuas que existem entre diferentes fenômenos, num mesmo lugar, e as relações ou conexões entre fenômenos diferentes”. Ora, “... as variações de características estáticas, ou formas, e as variações de características de movimento, ou funções, quer na mesma área, quer entre ela e outra área, incluem-se, ambas, no conceito de variação espacial ou diferenciação entre áreas” (HARTSHORNE, 1978: 20).

De modo que heterogeneidade (“relações mútuas que existem entre diferentes fenômenos, num mesmo lugar”, que são “variações de características estáticas, ou formas”) e diferenciação (“relações ou conexões entre fenômenos diferentes”, que são “variações de características de movimentos, ou funções”) interagem e se distinguem. E levam nessa interação e distinção a que assim se distingam conteúdo de áreas (a estrutura compósita, vinculada com a heterogeneidade) e relações de espaço (as conexões das variações, vinculadas com a diferenciação), recriminando Hettner “serem as relações do espaço consideradas como parte essencial da geografia, em detrimento das diferenças de conteúdo das áreas”, um “exagero, pelo qual considera Ratzel parcialmente responsável” (HARTSHORNE, 1978: 21).

A região, a *adaequatio* geográfica

A região é o exemplo clássico (outro, é o espaço nacional) da representação geográfica (ou da geografia como uma forma de representação clássica). O conceito por meio do qual a diferença geográfica vira identidade.

Referindo-se aos atributos conceituais da região, Whittlesey fala da homogeneidade e coesão. Homogeneidade “em termos de critério de sua definição”. Coesão por conta da relação de integração. Whittlesey está referindo-se a uma “característica unificadora” que “pode ou não ser estabelecida explicitamente” e uma “correspondente relação de área entre fenômenos” (WHITTLESEY, 1960). Considerando-se que Whittlesey resume nesta fala o pensamento dos geógrafos americanos levantado numa enquete que realiza nos Estados Unidos nos anos 40-50, tem-se uma medida do caráter universal desse entendimento entre os geógrafos americanos e em geral (a exceção correndo provavelmente por conta de Hettner, envolvido com certeza na polêmica acerca da dialética transcendental do mestre entre os neokantianos do seu tempo).

Expressando a idéia da representação consensualizada, Whittlesey fala de “uma consciência regional”, de “uma forma de consciência de grupo, oriunda de um senso de homogeneidade da área” (1960: 26).

Wooldridge e East falam de “um todo organizado”, referindo-se à região-cidade (a região funcional, já em evidência na Inglaterra dos autores), e de “uma unidade substancial que a tudo permeia”, a propósito da região física (os autores, geógrafos físicos, estão polemizando em torno da verdadeira região), corroborando as asserções correntes no pensamento geográfico acerca da região como a constituição identitária do espaço (WOOLDRIDGE e EAST, 1967: 155).

O fato é que a região espelha-se numa imagem, a imagem regional, dada pelo elemento escolhido como a referência homogeneizante (daí chamar-se região homogênea). A imagem que é o referente da identidade (a seca, no nordeste brasileiro) por exemplo). Identidade da diferença, enfim.

A reafirmação da diferença, reafirmação do espaço

A identidade suprime o espaço, a diferença o restabelece. Suprimida a diferença, morre a interação. E, então, o espaço. Neste final de século, todavia, a região vem sendo substituída pela rede (MOREIRA, 1997), esse todo onde a diferença (re)aparece, na forma do espaço-lugar (SANTOS, 1996), recolocando os termos da representação geográfica. Daí a impressão de alçamento do espaço a uma principalidade de importância no presente, quando se trata da liberação da sua presença na tela visual da representação, junto com a liberação da diferença.

Qual o móvel do ascenso presente da diferença geográfica (modo de pensar nada pós-moderno e uma resposta menos pós ainda)? Suas formas e modo de aparecimento? E qual diante dele a tendência da representação geográfica?

O ponto de partida é uma mudança que iremos localizar na troca recíproca de mando entre as esferas da circulação e da produção, que ocorre na economia política capitalista vinculada à ascensão e mutações internas que se dão no capital financeiro, com implicações na forma do valor (e na forma-valor).

A hipótese é uma espécie de reinvenção do valor, concomitante à do espaço como forma-valor.

Ouçamos Lefebvre. O sobrepujar da produção pela reprodução. E, então, a reprodução do espaço.

O que garante a sobrevida do capitalismo, a capacidade de superar suas crises conjunturais, suas contradições uterinas, indaga-se Lefebvre em 1973, retomando uma pergunta feita por Rosa Luxemburgo em 1913, no limiar da teorização sobre o imperialismo? A reprodução das relações sociais de produção, responde. E o que garante a re-produção? O espaço.

Mais precisamente, a escala de espaço, concordando com o modo como Soja entende Lefebvre (SOJA, 1993). Mas escala vista dentro da relação de ultrapassagem da esfera da circulação sobre o primado até há pouco existente da esfera da produção, modo real da constituição e existência do espaço como forma-valor, acrescentaríamos. Um fato ligado à autonomização da camada rentista dentro do capital financeiro.

A hipótese é que encontramos-nos hoje num momento parecido com o da passagem do período de hegemonia do capital mercantil (período da subsunção formal) para o de hegemonia do capital industrial (período da subsunção real), estudada por Marx no Capítulo VI (Inédito), hoje isto se dando com a passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro-rentista.

Com a interferência correspondente que ocorre na correlação entre as esferas econômicas da circulação e produção, uma vez que a forma hegemônica de capital determina o primado entre essas esferas.

A hegemonia do capital mercantil significou o primado da esfera da circulação sobre a esfera da produção. A passagem para a hegemonia do capital industrial, significou a inversão, com a esfera da produção ascendendo ao primado sobre a esfera da circulação. A presente passagem para a hegemonia do capital financeiro, significa uma espécie de retorno do primado da esfera da circulação sobre a esfera da produção. Mas a forma das duas esferas e das relações entre elas hoje apresenta diferenças significativas que fazem (literalmente) a diferença, comparadas ao passado. A esfera da circulação dos dois primeiros períodos identifica-se com o capital mercantil. A de hoje, com o capital financeiro-rentista. A esfera da produção difere nos três períodos: a do primeiro período reúne pequenos produtores, geralmente domiciliares (*putting-out system*), cujo valor é capitalizado pela acumulação mercantil; a do segundo é já formada pela indústria fabril moderna, produtora de

valor e de mais valia, com poder de centrar a economia na acumulação industrial, incluindo a própria acumulação mercantil e financeiro-bancária; a de hoje, é, por hipótese, de novo múltipla, mas sob outra qualidade quanto à multiformidade do valor que origina. A determinação vem da forma e movimento históricos do valor.

A natureza financeira-rentista da esfera da circulação e multiforme do valor da esfera da produção de hoje, são duas hipóteses que se mobiliza para poder-se pensar a terceira, a da emergência e formas surgentes do espaço geográfico diferença geográfica, o tema que aqui se busca compreender.

Características que já se pode antever no Hilferding de “O Capitalismo Financeiro” (1910) e na polêmica em que se envolvem Rosa Luxemburgo (1913), Bukharin (1915) e Lênin (1916) ao redor da questão dos mercados (o papel dos mercados interno e externo no processo da acumulação do capital, sobretudo em vista da passagem do capitalismo à fase do imperialismo), todas obras seminais da teoria do imperialismo moderno (VILLA, 1976).

O retardo à autonomização do capital financeiro e seu reflexo correspondente no retorno ao primado da esfera da circulação, hoje definida como circulação rentista, que só nos dias de hoje se concretizam, não permite que isto então se perceba. O momento é ainda o do auge expansivo da subsunção real, o capitalismo encontrando-se na segunda das três fases de mundialização correspondentes às três formas históricas do capital analisadas por Marx (mercantil, industrial e financeira), fases detalhadas por estudo de Michalet nos anos 70 (MICHALET, 1984) e recentemente lembradas por Chesnais (1996): a do capital mercantil, a do capital produtivo de valor e de mais valia, e a do capital monetário e do dinheiro. O tema ficará embutido como questão secundária dentro do tema principal da questão do mercado, aflorando basicamente na crítica que Rosa Luxemburgo faz à contradição que vê entre os livros 2 e 3 de “O Capital”, a propósito do esquema da reprodução de Marx, que Lênin combate com veemência (VALIER, 1977). E de certo modo assim permanecerá até recentemente.

O processo histórico é no entanto conhecido (vimo-lo em MOREIRA, 1998a, 1998b e 1999a). Em todo o correr do século XIX e segunda metade do século XX, a esfera da produção sobrepõe-se à da realização (circulação) do valor. O capital produtor do valor puxa a economia, enquanto o capital mercantil e o capital financeiro, este já de certa forma dominante, intermediam a realização. A repartição beneficia mais o capital financeiro-bancário que às demais frações, mas o capital industrial é quem está à frente do dinamismo expansivo da geografização capitalista dos espaços pelo mundo. A difusão da fábrica e sua atividade de articular os lugares em busca da mais valia sobretudo relativa é quem organiza os espaços e constrói e materializa o movimento mundializante das escalas (MOREIRA, 1981). O processo acumulativo é função no seu todo da reprodução do capital industrial, no plano nacional e no internacional, e é a “sociedade industrial” o fenômeno que está em franca progressão. O mundo está já se tornando financeiro, mas é ainda o da industrialização dos espaços.

O auge desse modelo é a divisão internacional interindustrial do trabalho dos anos 60 e 70, que redistribuiu pelos diferentes países as diferentes fases do processamento da produção de um determinado produto, antes realizadas integralmente dentro das fronteiras de um mesmo país, criando a interdependência entre eles, transnacionalizando as empresas, uniformizando as técnicas e unificando os mercados, sobretudo o financeiro, que Santos (1994 e 1996), Benko (1996), Soja (1999), Harvey (1999), bem como outros geógrafos analisaram.

A ultrapassagem vem com a década de 80, com a securitização da economia. Isto é, a interação entre moeda, crédito e patrimônio produzida pela emissão de títulos de dívidas resultante do endividamento generalizado dos Estados e empresas que acompanha a mundialização. E o conseqüente entrecruzamento da totalidade dos ramos e setores econômicos e não-econômicos em escala mundial que daí advém e põe o mando da economia e da sociedade nas mãos do capital rentista. Fenômeno que promove a passagem da economia da fase financeira para a fase financeirizada, isto é, da hegemonia do capital financeiro-bancário para o financeiro-rentista, analisada por Braga na sua inteireza (1998), e por Chesnais (1996) parcialmente.

O fundamento ôntico do novo espaço

A nova forma-valor perceberam-na entre outros Lefebvre. Que encontra nos estudos dos pensadores originários seus antecedentes. Lênin fala de centro-periferia. Rosa Luxemburgo de crescimento do capitalismo por recriação de periferias. Trotsky, de combinação desigual.

A contribuição de Lefebvre relaciona-se à teoria da re-produção, mediante a qual ele localiza a sobrevida do capitalismo na apropriação do espaço pelo capital, em particular o espaço urbano. Um salto do gato que Marx não teria previsto: “Acontece que o capitalismo conseguiu atenuar (sem as resolver) durante um século as suas contradições internas, e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior a O Capital. Qual o preço disso? Não há números que o expressem. Por que meios? Isso sabemos-lo nós: ocupando o espaço, produzindo um espaço”(1970: 21). Páginas antes tendo dito: “É nesse espaço dialetizado (conflitual) que se consuma a reprodução das relações de produção. É neste espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (1970: 19).

Mas re-produção em escala ampliada do espaço. Na página 93, Lefebvre apresenta a questão: “Desta análise resulta que o lugar da re-produção das relações da produção não se pode localizar na empresa, no local do trabalho e nas relações do trabalho. A pergunta proposta formula-se assim em toda a sua amplitude: onde se reproduzem

estas relações?”, pergunta-se e ele mesmo responde: “Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): é todo o espaço ocupado pelo neo-capitalismo...”.

O fator chave é o desenvolvimento das forças produtivas: “As forças produtivas permitem os que dela dispõem disponham do espaço e venham até a produzi-lo. Essa capacidade produtiva estende-se ao espaço terrestre e transborda...” (1970: 95-96).

Tese que se casa com a de Santos sobre a técnica e seu poder de empiricizar o tempo como espaço. E, assim, de transformar o espaço em uma determinante essencial da ação e hegemonia do capital, seja na escala horizontal e seja na escala vertical dos circuitos da acumulação. Uma vez que com a técnica o tempo-espaço da circulação D-M-D’ se encurta, e este encurtamento do espaço-tempo amplifica a taxa, o volume da acumulação, a extensão da hegemonia e a incomensurabilidade da regulação (SANTOS, 1996).

Conjunção de constatações empíricas e conceituais que Chesnais resume na repetição da fala dos técnicos da administração, do tipo K. Ohmae e M. E. Porter, introdutores nos Estados Unidos da teoria do espaço global, aos grandes grupos empresariais: “... em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantadas, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais” (CHESNAIS, 1996: 23). O mesmo Chesnais que observa, agora numa análise que faz do relatório da OCDE de 1992, serem “em primeiro lugar, a desregulamentação financeira” e em segundo lugar “o papel das novas tecnologias que funcionam, ao mesmo tempo, como condição permissiva e como fator de intensificação dessa globalização”, as determinantes da reprodução capitalista. Condições da conversibilidade do espaço na determinante da livre e plena mobilidade territorial do capital (e seu empuxe sobre o valor-trabalho) em escala mundial.

Um dado que Lefebvre chama de a “troca entre a temporalidade e a espacialidade do capitalismo”, na senda de Mandel do capitalismo tardio (MANDEL, 1982), di-lo Soja.

E que irá propiciar as bases da reinvenção do valor pelo capital rentista, num processo que, intuitivamente, Soja resume e detalha:

No capitalismo contemporâneo (deixando de lado, por ora, a questão da transição e da reestruturação, suas causas, seu momento, etc), as condições subjacentes à continuação da sobrevivência do capitalismo se modificaram. A exploração do tempo de trabalho continua a ser a fonte primordial da mais valia absoluta, mas dentro dos limites crescentes que decorrem da redução na duração do dia do trabalho, dos níveis mínimos de salário e dos acordos salariais, e de outras conquistas da organização dessa classe trabalhadora e dos movimentos sociais urbanos. O capitalismo foi forçado a deslocar uma ênfase cada vez maior para a

extração da mais valia relativa, através das mudanças tecnológicas, das modificações na composição orgânica, do papel cada vez mais evasivo do Estado e das transferências líquidas do excedente, associadas à penetração do capital em esferas não nitidamente capitalistas de produção (internamente, através da intensificação, e externamente, através do desenvolvimento desigual e da “extensificação” geográfica para regiões menos industrializadas do mundo inteiro). Isso exigiu a construção de sistemas totais, a fim de garantir e regular a serena reprodução das relações sociais de produção (SOJA, 1993: 111).

Ou que Chesnais ainda mais explicita, indo na mesma linha:

O problema, já a esse nível, é que a liberalização e a desregulamentação, combinadas com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação (ver quadro 1) decuplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir; numa palavra, numa propensão à mobilidade. Agora, o capital está à vontade para pôr em concorrência as diferenças no preço da força de trabalho entre um país – e se for o caso, numa parte do mundo – e outro. Para isso, o capital concentrado pode atuar, seja pela via do investimento, seja pela da terceirização (CHESNAIS, 1996: 28).

A polissemização da diferença

O fato é que a mudança da escala muda a qualidade da história (Haesbaert, 1993). E a combinação de escala, regulação e mobilidade, que abre para a hegemonia financeira-rentista, permite-lhe igualmente que reinvente o valor e o trabalho (penetração do capital em esferas não nitidamente capitalistas de produção, por intensificação e extensificação geográficas, no dizer de Soja). Criando o novo espaço da diferença.

A hipótese é que a escala do espaço da circulação possibilita a conversão pelo capital rentista dos múltiplos segmentos de população espalhados pelo mundo (camponeses, famílias urbanas, comunidades indígenas, pesquisadores científicos, profissionais autônomos - formas proletarizadas, numa interpretação livre do dizer de Lefebvre: “a classe operária distingue-se do proletariado mundial, este inclui também os camponeses arruinados”), produtores de valor não-capitalista, em produtores de valor para o fim da acumulação capitalista (seria isso a expropriação de renda ao pequeno produtor rural realizada atualmente em escala multiplicada?), em caráter permanente e contínuo.

E isso de quatro maneiras. A primeira é a que Raffestin denomina de TDR (RAFFESTIN, 1993): o exercício franco e quase sem bloqueios da realocação (melhor talvez dizer translocalização) do capital rentista. A segunda, deriva da primeira: a securitização da economia e da sociedade, que vimos atrás. A terceira, igualmente desdobrada da primeira: a conversão de comunidades, tidas não faz

tempo como estorvo aos avanços territoriais do capitalismo, e por isso sumariamente proscritas da história, sob mil ardis e maneiras, em atores da esfera da produção, ensejando a presença de suas formas de valor não fabris no mercado ao lado da mais valia e do valor fabris. A quarta é a aplicação da terceirização e da sub-contratação a essas formas proletarizadas, observada por Chesnais.

Lefebvre resume as quatro maneiras em poucas palavras, ao dizer, comentando a relação de dissolução, substituição e (re)criação que o capital estabelece com populações onde chega em sua expansão rumo à escala planetária global: “O capitalismo não subordinou apenas a si próprio sectores exteriores e anteriores: *produziu* sectores novos transformando o que pré-existia, revolvendo de cabo a rabo as organizações existentes” (1971: 95).

Polissemias do valor, abrindo para a surgência, até então estancada, de todas as diferenças: sociais (TOURAINÉ, 1989), de corpo (FOUCAULT, 1977), de gênero (PIERUCCI, 1999), de alteridade (TODOROV, 1993), de multiculturalismo (ORTIZ, 1994).

Diferenças do ente. Do homem como condição da *adaequatio* do ser e dos entes.

A dialética da identidade-diferença geográfica

Camuflagens ou dialética do singular e do plural? Antes do mais, dialética da diferença. Diferença como conteúdo concreto. Não diferença como mediação da identidade, pura categoria do método da representação.

Reafirmação do sujeito da/na história sobretudo (TOURAINÉ, 1994). Sujeito que se polimorfiza com o tema da diferença. Morte do sujeito universal. Nascimento do sujeito múltiplo. Morte e nascimento dialeticamente juntos. Eis a resposta

Dialética do singular-plural, porque devém-revém da cadeia de reinvenções do trabalho: do valor-trabalho, do mundo do trabalho, e, assim, dos sujeitos do trabalho.

E diferenç(i)ação da forma-valor, indicativa da pluralização (não fim ou descentração) do sujeito: espaço polissêmico, porque de um sujeito polissêmico.

Diferenças geográficas (mesmo que não olhadas pela geografia como diferenças). E, então, fim do espaço da identidade (do tipo região) e emergência do espaço da diferença.

O problema é como conjugar espaço-sujeito-diferença, saindo-se de uma cultura centrada na identidade, sem que se dê com a identidade o que a cultura identitária fez com a diferença, isto significando instituir o primado por excelência da reflexão dialética.

Dialética, pois, e filosofia. Diferença como mesmidade da essência valor (mas, então, uma economia política da diferença, não uma ontologia!). E o impasse a

passar-se do ôntico ao ontológico (afinal, o valor não seria ainda o ser - seria este o trabalho, a existência, o indeterminado? -, o que questiona o estatuto de diferença das novas diferenças geográficas).

Impasse, que a geografia compartilha com a totalidade das ciências, derivado, creio poder afirmar, do conceito de espaço separado, externo, universal, dessensibilizado do homem, e, por isso, agregador a partir do de fora, com que a geografia trabalha: é possível uma ontologia geográfica recoberta por um conceito cartesiano de espaço, uma categoria que não portando consigo o homem é incapaz de explicá-lo (MOREIRA, 1999b)? Sendo esta a verdadeira contradição espacial, o resto sendo contradições no espaço. Silva já se indagava pioneiramente do problema ontológico do espaço (SILVA, 1986).

E, no entanto, é a geografia a forma de saber capaz de por sua episteme oferecer uma saída dialética à diferença (seria um acaso Deleuze anunciar um projeto de fundar uma geografia objetável à história no Mil Platôs?). A geografia de um espaço que pode ser pensado como a coabitação tensa da diferença e da unidade (MOREIRA, 1997).

Solução já imanente. George fala da situação (o balanço dos freios e dos aceleradores), inaugurando num passado recente a Geografia Ativa. Brunhes, da distribuição sobreposta à localização (os cheios e vazios das distribuições), num tempo mais recuado. Santos do lugar como unidade-diferença do mundo (as horizontalidades e verticalidades do hoje). E já se vislumbram as reflexões de uma geografia da diferença (SOJA, 1996; HARVEY, 1996).

Movimentos e não-movimentos, importando a dialética do flagra, o momento do corte na espessura do espaço naquilo que o olho queira olhar: a diferença e a identidade da semelhança, o devém e o revém do suceder, nunca a dissolução do um no/ou do outro.

Porque trata-se de dialogizar a dupla direção do olhar: da identidade para a diferença, da diferença para a identidade. De reatar a dialética das significações múltiplas, do significado que também é significante, da identidade que também é diferença, da ausência que também é presença, do homogêneo que também é heterogêneo.

De fazer realizar o “diálogo multidimensional”, contraponto do “diálogo horizontal” e “diálogo vertical”, tomando a expressão de empréstimo a Raffestin (1993: 183), dita a propósito da pergunta que se faz sobre o que é o local confrontado com o central: “Visto do centro, é muito pouca coisa: um agregado de particularidades, de hábitos e costumes que constituem outros tantos obstáculos a uma uniformização. Visto do “local”, é muito, pois é a territorialidade cristalizada, ou seja, a significação da vida cotidiana”.

De articular com o olhar os “espaços da conceituação”, escalas de representação dos conjuntos espaciais ditadas pela subjetividade do olho, numa leitura livre do conceito de espacialidade diferencial de Lacoste (1988).

De portanto rever o modo de ser representação (tema a que voltaremos num trabalho futuro), num outro que combine heterogêneo e homogêneo sem que a diferença desapareça na homogeneidade-identidade por um artilho formal da razão.

A DIFERENÇA E A GEOGRAFIA

A contração no discurso da identidade fez da geografia um dos campos de saber que mais concorreu para a dissolução da diferença e, assim, ao bloqueio à constituição de uma teoria da representação que combinasse dialética e ontologia do espaço, tal como parece agora emergir com a liberação ontológico-ôntica da diferença.

Palavras-chave: diferença, identidade, dialética

DIFFERENCE AND GEOGRAPHY

Resting its axis on the identity discourse has made geography one of the knowledge fields which most contributed to the dissolution of difference and, hence, to obstruct a representation theory constitution, which would combine dialectics and space ontology, as it looks to emerge now with the difference ontological-ontic liberation.

Keywords: difference, identity, dialectics.

BIBLIOGRAFIA

- BENKO, G. (1996): *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*, Hucitec, São Paulo.
- BORNHEIM, G. (1977): *Dialética. Teoria. Praxis*, Editora Globo, Porto Alegre.
- BRAGA, JCS. (1998): Financeirização Global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo, in *Poder e Dinheiro* (uma economia política da globalização), p. 195-242, Petrópolis, Vozes.
- CHESNAIS, F. (1996): *A Mundialização do Capital*, Xamã Editora, São Paulo.
- DELEUZE, G. (1988): *Diferença e Repetição*, Graal, Rio de Janeiro.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1995): *Mil Platôs* (capitalismo e esquizofrenia), 4 volumes, Editora 34, São Paulo.
- DERRIDA, J. (1973): *Escritura e Diferença*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1971 - Gramatologia, Editora Perspectiva, São Paulo.
- DOSSE, F. (1993): *História do Estruturalismo*, 2 volumes, Editora Ensaio, São Paulo.
- FOUCAULT, M. (1977): *O Nascimento da Clínica*, Editora Forense-Universitária, Rio de Janeiro.
- GONÇALVES, C. W. (1999): Geo-grafando: em busca de novas formas de comunidade política, in revista *Ciência Geográfica*, No. 12, jan/fev de 1999, ano V, p. 29-36, AGB-Bauru, 10-24
- GRIGG, D. (1973): Regiões, Modelos e Classes, *Boletim Geográfico* No. 234, mai/jun, ano 22, p. 3-46, IBGE, Rio de Janeiro.

- HABERMAS, J. (1990): *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- HARTSHORNE, R. (1978): *Propósitos e Natureza da Geografia*, Editora Hucitec/EDUSP, São Paulo.
- HARVEY, D. (1992): *Condição Pós-Moderna* (Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural), Edições Loyola, São Paulo.
- _____ (1996): *Justice, Nature & the Geography of Difference*, Blackwell Publishers, Oxford.
- HAESBAERT, R. (1993): Escalas Espaço-Temporais: uma introdução, in *Boletim Fluminense de Geografia*, ano I, vol. 1, no. 1, p. 31-51, AGB-Niterói.
- HEIDEGGER, M. (1989): *Ser e Tempo*, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1988 (vol. 1)- (vol. 2).
- JAMESON, F. (1997): *O Marxismo Tardio* (Adorno, ou a persistência da dialética), UNESP/Boitempo Editorial, São Paulo.
- LACOSTE, Y. (1988): *A Geografia – Isto Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra*, Papirus Editora, São Paulo.
- LARUELLE, F. *As Filosofias da Diferença*, Rés, Porto, s/d
- LEFEBVRE, H. (1970): *Le Manifeste Différentialiste*, Editions Gallimard, Paris.
- _____ (1973): *A Re-Produção das Relações de Produção*, Publicações Escorpião, Porto.
- _____ (1983): *La Presencia y la Ausencia – contribucion a la teoria de las representaciones*, Fondo de Cultura Económica, México.
- MACHADO, R.(1981): *Deleuze e a Filosofia*, Editora Graal, Rio de Janeiro.
- _____ (1990): *Ciência e Saber* (A trajetória da arqueologia de Foucault), Editora Graal, Rio de Janeiro.
- MALIK, K. (1999): O Espelho da Raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença, in *Em Defesa da História* (Marxismo e Pós-Modernidade), p. 123-144, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- MANDEL, E. (1982): *O Capitalismo Tardio*, Abril Cultural, Coleção Os Economistas, São Paulo.
- MICHALET, CA. (1984): *O Capitalismo Mundial*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- MOREIRA, R. (1997): *O espaço do capital: a produção capitalista do espaço*, in *O Que é Geografia*, p. 94-105, S. Paulo, Brasiliense, 1981
- _____ (1997): Da Região à Rede e ao Lugar (A nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo), in revista *Ciência Geográfica*, No. 6, abril, p. 1-11, AGB-Bauru.
- _____ (1998a): O Tempo e a Forma (A sociedade e suas formas de espaço no tempo), in revista *Ciência Geográfica*, No. 9, janeiro/abril, p.4-10, AGB-Bauru.
- _____ (1998b): Desregulação e Remonte no espaço geográfico globalizado, in revista *Ciência Geográfica* No. 10, maio/agosto, p. 23-27, AGB-Bauru.

- _____ (1999a): O Paradigma e a Ordem (genealogia e metamorfoses do espaço capitalista), in revista *Ciência Geográfica*, No. 13, maio/agosto, p. 31-44, AGB-Bauru.
- _____ (1998b): Realidade e Metafísica nas Estruturas Geográficas Contemporâneas, in *Redescobrimo o Brasil 500 Anos Depois*, p. 341-360, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- ORTIZ, R. (1994): *Mundialização e Cultura*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1994
- PIERUCCI, A.F. (1999): *Ciladas da Diferença*, Editora 34, São Paulo.
- RAFFESTIN, C. (1993): *Por Uma Geografia do Poder*, Editora Ática, Rio de Janeiro.
- RÖD, W. (1974): *Filosofia Dialética Moderna*, Editora da UNB, Brasília.
- SANTOS, M. (1994): *Técnica, Espaço, Tempo* (Globalização e meio técnico-científico e informacional), Editora Hucitec, São Paulo.
- _____ (1996): *A Natureza do Espaço* (Técnica e Tempo. Razão e Emoção), Editora Hucitec, São Paulo.
- SILVA, A.C. (1986): *De Quem é o Pedaco?* (espaço e cultura), Editora Hucitec, São Paulo.
- SOJA, E. (1993): *Geografias Pós-Modernas* (A reafirmação do espaço na teoria social crítica), Jorge Zahar Editor.
- _____ (1996): *Thirdspace* (Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places), Blackwell Publishers, Cambridge/Massachusetts, USA.
- TODOROV, T. (1993): *Nós e os Outros* (A reflexão francesa sobre a diversidade humana – 1), Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- TOURAINÉ, A. (1989): *Palavra e Sangue* (política e sociedade na América Latina), Editora Trajetória Editorial/UNICAMP, São Paulo.
- _____ (1994): O Nascimento do Sujeito, in *Crítica da Modernidade*, terceira parte, Editora Vozes, Rio de Janeiro.
- VATIMO, G. (1988): *As Aventuras da Dialética*, Edições 70, Lisboa.
- VALIER, J. (1977): *Sobre o Imperialismo* (As teorias do imperialismo de Lenine e Rosa Luxemburgo), Antidoto, Lisboa.
- VILLA, J. M. V. (1976): *Teorias del Imperialismo*, Editorial Anagrama, Barcelona.
- WHITTLESEY, D. (1960): O Conceito Regional e o Método Regional, *Boletim Geográfico* No. 154, jan/jun, p. 5-36, IBGE, Rio de Janeiro.
- WOOLDRIDGE, S. W. e EAST, W. G. (1967): *Espírito e Propósitos da Geografia*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.